

Contraproposta leva equipe brasileira a descartar renegociação neste ano

por Getulio Bittencourt
de Nova York

A impressão da equipe brasileira, desde a contraproposta do Comitê Assessor de Bancos, é de que a renegociação da dívida externa do País dificilmente se concluirá neste ano. A postura dos banqueiros parece ser a de esperar para ver — ver progressos na privatização, no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na reforma fiscal.

A maior distância entre o Brasil e os bancos está nas garantias colaterais. O País ofereceu garantias para os novos bônus (par e discount bond) na parte do principal, a um custo estimado em US\$ 2 bilhões, mas que teria condições de ser estendido até cerca de US\$ 2,5 bilhões.

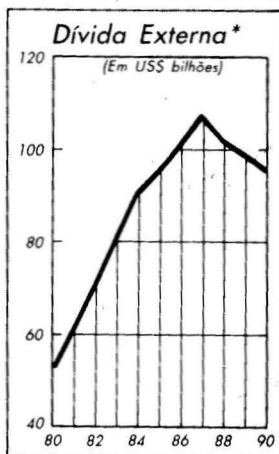
Os banqueiros, porém, pediram também garantias para os juros de vários papéis, o que na conta sumária dos brasileiros implicaria dispêndio de US\$ 5 bilhões — e, segundo estimativas do mercado, custariam talvez US\$ 8 bilhões, dado que boa parte dos credores optaria pelo "par" e "discount bonds", que incluiriam garantias para principal e juros.

Essa é a má notícia da parte dos bancos. A má notícia da parte do Brasil é que a insistente reivindicação dos bancos alemães para conseguir a implementação plena dos papéis de dinheiro novo do acordo de 1988 (PFA, new money trade e confinancing) dificilmente será atendida.

EMENDA

Aparentemente, os brasileiros estão dispostos a aceitar uma emenda no acordo de 1988 para manter esses papéis como previsto, mas com algumas modificações. Por exemplo, a parte de conversão ao "par" num programa de conversão de dívida por investimento estaria descartada. O Brasil quer um desconto.

Além disso, o programa não seria tão amplo como previsto em 1988, dado que a percepção reinante no Ministério da Economia é de que haveria muita pressão sobre a base monetária e estimularia a inflação. Seria mais limitado, com autorização para conversão de dívidas em investi-



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da
Gazeta Mercantil
* Registrada

mentos em certas áreas prioritárias, como o nordeste do País.

Isso é provavelmente de pouco interesse para os bancos alemães, que queriam transferir recursos para suas multinacionais no Sudeste. Ainda assim, considera-se que papéis como o "new money trade" e o PFA seriam de considerável valor, porque estariam mantidos seus prazos originais, e três anos já se passaram. Em mais dois anos acaba o prazo de carência para alguns deles, e começa o pagamento do principal.

FINANCEIRAS

Taxas deverão ter reajuste

A diretoria da Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), analisou ontem o impacto da desvalorização cambial sobre o custo do dinheiro e concluiu que as taxas de financiamento de compras a prestação devem subir cerca de dois pontos percentuais, passando de um patamar de 28% a 35% para 30% a 37% as taxas de captação em CDBS e letras de câmbio subiram de 800% ao ano, antes da "maxi" para 1.000% ao ano ontem.

Rogério Bonfiglioli, presidente da Acrefi, acredita que a alta dos juros pode ser transitória, com possibilidade de retorno nos próximos dias aos níveis mantidos até a semana passada, antes da desvalorização cambial, ocorrida na segunda-feira.